

TRIBUNA DA CIDADE

TADEU RORIZ

^{DF} Festejando o desemprego

Como é difícil governar! Nada do que faz está inteiramente correto. Por mais boa vontade que se tenha, há sempre alguém reclamando, questionando de alguma forma a iniciativa.

Como se não bastasse essa "onda" desestabilizadora da consolidação de Brasília, o governo foi surpreendido com uma decisão na Justiça, pronunciando-se em favor de uma ação contrária à Lei nº 418/93, conhecida como a "Lei dos Convênios", aprovada na Câmara Legislativa do Distrito Federal, e que abrigou milhares de trabalhadores sem qualificações específicas e desempregados no Distrito Federal.

Surpreende ainda mais quando um dos deputados distritais, ligado ao Partido dos Trabalhadores, subiu na tribuna da Câmara para FESTEJAR à decisão da Justiça. Nunca vi nada tão sórdido!

São 12 mil chefes de família, aproximadamente, as vítimas de tão desastrada decisão, que terá reflexos negativos diretos sobre, pelo menos, 50 mil pessoas, entre elas, um grande número de crianças.

A suspensão dessa lei, se concretizada, traria como efeito social contrário, previsível, a desarticulação familiar, a fome, o abandono da escola por milhares de meninos e meninas.

Esse contingente de pessoas sacrificadas por salários quase sempre insuficientes é que permite que mantenhamos nosso orgulho de ter uma cidade limpa, bonita, com os menores índices de criminalidade no País.



"São 12 mil chefes de família, aproximadamente, as vítimas de tão desastrada decisão"

Desde a desativação da construção civil que o problema vem se agravando, tendo o Distrito Federal repetido, sistematicamente, as maiores taxas anuais de imigração do País, em geral acima de 15% da sua população.

O governador Joaquim Roriz tem feito enormes esforços para evitar que esses graves problemas transferidos dos estados para Brasília tenham aqui continuidade. Na sua sensibilidade para a questão, o governo instituiu incentivos à empresa privada, criou pólos de desenvolvimento industrial e promoveu cerca de 500 frentes de trabalho para absorver esse contingente de trabalhadores que vive quase como indigente.

Se de um lado essas iniciativas representam um peso para o erário público, por outro, faz com que o governo assuma a liderança de um processo, que, em realidade, cabe a tão detratada iniciativa privada, e que vem sofrendo também as consequências da recessão que tomou conta do País nos últimos anos.

Foge, portanto, à minha compreensão a insensível e abstrata espada da lei e da Justiça, que atira na rua da amargura milhares de pacíficos chefes de família, numa atitude totalmente anti-social. São trabalhadores, sem qualificações formais para concursos, porque não tiveram a oportunidade de preparar-se para isso, cujo trabalho é importante para cidade. Coloca-se assim a jurisprudência — que sequer é uma lei — acima do interesse dos cidadãos.

Incompreensível ainda mais é a alegria, em plenário, do deputado petista, ao anunciar a sua vitória na Justiça, comemorando o desemprego desses milhares de trabalhadores. Essa atitude nos conduz a constrangimentos ainda maiores até mesmo no diálogo político. É muito grande a distância entre as ideologias e o povo.